

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um despertar para a criatividade e a imaginação das crianças*

TELLING STORIES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: a wake-up call to children's creativity and imagination

Aleksandra Diniz de Sousa**
Jéssica Oliveira dos Santos**
Jocelina Correia Monteiro***

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO: O hábito de contar histórias está presente nas mais diversas tradições culturais do mundo, e é também uma tradição milenar. Aguça a imaginação de crianças e adultos, leva o ouvinte a descobrir fatos diferentes da sua realidade ou até mesmo pensar sobre sua própria existência. No caso da contação de histórias para crianças, pode ser um despertar para a imaginação e criatividade. O objetivo principal deste trabalho é compreender a importância da contação de histórias na Educação Infantil, assim como, refletir sobre a necessidade e reconhecer que através da contação de história pode-se despertar a criatividade e a imaginação das crianças. A metodologia utilizada trata-se de um estudo com base em pesquisas bibliográficas, por meio de livros, revistas, sites de internet, textos e trabalhos monográficos, referentes ao assunto abordado. A contação de histórias além de contribuir com o desenvolvimento de um futuro leitor e escritor, colaborando para a vida das crianças e para a sociedade como um todo, formando bons leitores e profissionais.

Palavras-chave: Contação de História; Educação Infantil; Criatividade.

ABSTRACT: The habit of telling stories is present in the most diverse cultural traditions of the world, and it is also an ancient tradition. It sharpens the imagination of children and adults, leads the listener to discover facts different from their reality or even to think about their own existence. In the case of storytelling for children, it can be an awakening for imagination and creativity. The main objective of this work is to understand the importance of storytelling in Early Childhood Education, as well as to reflect on the need and recognize that through storytelling one can awaken children's creativity and imagination. The methodology used is a study based on bibliographic research, through books, magazines, internet sites, texts and monographic works, referring to the subject addressed. The telling of stories in addition to contributing to the development of a future reader and writer, contributing to the lives of children and society as a whole, forming good readers and professionals.

Keywords: Storytelling; Child education; Creativity.

* Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano, para obtenção do grau de Licenciatura.

** Graduandas do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano.

*** Orientadora: Especialista em Docência do Ensino Superior, Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, Licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Geografia e Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

1 INTRODUÇÃO

O hábito de contar histórias é uma atitude milenar que reúne diferentes gerações escutando uma narrativa fantástica, seja essa narrativa real ou não. Ouvir uma boa história aguça a imaginação de quem escuta além do poder curativo, uma vez que muitos personagens podem trazer personalidades e lições parecidas com a vida do interlocutor.

A contação de histórias para crianças é uma excelente forma de incentivar a criar o hábito da leitura futuramente, o prazer pelos livros e essencialmente despertar a imaginação. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) a contação de histórias é essencial no desenvolvimento das crianças da Educação Infantil. A escolha do tema deu-se em virtude de sermos professoras da Educação Infantil e devido à importância de despertar a imaginação das crianças na educação Infantil, além de contribuir com o desenvolvimento de um futuro leitor e escritor, colaborando para a vida das crianças e para a sociedade como um todo, formando bons leitores e profissionais.

A presente pesquisa tem como título a contação de histórias na educação infantil: um despertar para a criatividade e a imaginação das crianças. Apresentando o seguinte problema: De que forma a contação de histórias na educação Infantil estimula a criatividade e a imaginação das crianças?

Partindo da problemática apresentada tem-se as hipóteses de que as contações de histórias podem tornar a Educação Infantil mais prazerosa e estimulante, sabendo que o ato de contar histórias reúne as pessoas. As contações podem estimular a imaginação e a criatividade dos alunos além de desenvolver o hábito da leitura.

A pesquisa apresenta como objetivo geral compreender a importância da contação de histórias na Educação Infantil, assim como refletir sobre a necessidade de contar histórias para crianças na Educação Infantil. E como objetivos específicos, reconhecer como despertar na criança o gosto pelas histórias infantis, como a literatura infantil pode despertar a criatividade e a imaginação das crianças e demonstrar a importância de contação de histórias em sala de aula para a formação do leitor.

A metodologia deste estudo é de cunho bibliográfico tendo como principal fonte artigos em meio eletrônico e livros sobre literatura infantil brasileira, contos, letramento e contação de histórias. Tendo como base para a pesquisa os teóricos que estudam o tema. A pesquisa partiu das observações durante estágio e durante as aulas no curso de Pedagogia, acerca da necessidade de melhor envolver as crianças no mundo da leitura e da contação de histórias.

2 CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Conforme Sisto (2001) contar histórias faz parte da necessidade de comunicação, da vontade de estar junto a outras pessoas e partilhar o sentimento que se move do coração e sai pelo olhar, da história oralizada pela palavra. O autor acrescenta que contar histórias para as crianças de hoje é como salvar o mundo imaginário. Para Couto *et al.* (2016) a contação de histórias em sala de aula é divertida

estimulando a imaginação dos alunos e é claro despertar o interesse pela leitura, pois narrar uma história será sempre um exercício de renovação de vida, um ponto de partida para ensinar os conteúdos programáticos ou até mesmo entender o que se passa com os alunos no campo pessoal.

Quanto ao despertar da imaginação Santos (2020, p. 11) aponta que:

Desde a gestação a contação é fundamental, pois a contação de história para crianças, desde os primeiros anos de vida e em sua gestação é fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo. Na educação infantil, os professores com o seu planejamento metodológico ao contar uma história induzem o aluno ao mundo da imaginação e da fantasia.

Conforme Faria (2010) no processo de leitura e escrita contar histórias é essencial pois, existem três níveis de leitura. Primeiro é o tato, o prazer de tocar o livro com o papel agradável, com ilustrações, figuras e planejamento gráfico caprichado. Depois vem o *emocional* é aquele em que a fantasia e a liberdade das emoções mostram o que ele faz e o que provoca em nós por último o nível racional que está ligado para autora, ao plano intelectual da leitura.

Como contribuições para a contação de histórias podemos citar Couto *et al.* (2016, p. 8):

As contribuições de uma contação de histórias são distinguidas como um importante auxiliar na formação das crianças, na compreensão e absorção dos significados, assim como o desenvolvimento das práticas leitoras. As crianças que escutam as histórias incorporam uma atitude analítica exemplificada pelo orador, por meio de seus comentários e problematizações durante a contação de histórias, permitindo o desenvolvimento do seu senso crítico.

A contação de histórias é muito eficaz na educação infantil, tanto na alfabetização, como para uma diversão em sala de aula. “Para contar histórias, deve-se envolver as crianças no mundo mágico do faz-de-conta [...]” (ZILBERMAN, 1989, p. 21). Os contos de fada retratam a realidade com princesas e bruxas, ela contribui para a formação, pois é uma educação onde o objetivo é encantar. O autor ainda afirma que:

Os contos de fada são uma experiência imprescindível, uma vez que. Pela sua simplicidade e valores simbólicos, estimulam a imaginação criadora da criança. Apesar das ofensivas repetidas contra esses contos, condenado seu esquematismo e conteúdo ideológico, o simbolismo neles presente é salutar ao público infantil (ZILBERMAN, 1989, p. 21).

Através da contação de histórias, o conto de fadas desperta o que as crianças e jovens estão esquecendo, que é a criatividade, a vivência da imaginação. Exige uma concentração, uma tensão, então não devem ser contadas em meio a bagunças, excitações das crianças, devem ser contadas em um lugar acolhedor, com menos perturbações sonoras, onde as crianças possam ter atenção voltada para a palavra e para o contador de histórias, esse é o grande desafio, que faz uma grande diferença, favorecendo ainda mais o imaginário aproximando os alunos dos livros.

Os contos infantis também proporcionam uma forma de ensinar temas éticos e de cidadania abrindo um mundo imaginário que encanta a criança durante seu desenvolvimento. A contação de histórias infantis enriquece o espírito, ilumina o interior, e, ao mesmo tempo, torna as pessoas mais protagonistas na resolução dos problemas e mais flexíveis para aceitar diferenças. Segundo Galvão (1998, p. 52) “se

a criança está ao sabor de suas emoções, ela não tem condições neurológicas de controlá-las”. A criança necessita ouvir histórias para promover sua imaginação, a observação, e a linguagem oral e escrita, assim como, o prazer pela arte, a habilidade de dar lógica aos acontecimentos e estimular o interesse pela leitura.

A leitura, a linguagem oral e a escrita não se desenvolvem separadamente, interdependente da idade, a alfabetização inicial não é um processo abstrato, mas que ocorre em contextos culturais e sociais determinados. É evidente que os contextos culturais e sociais influirão sobre o tipo de práticas de socialização das famílias. Em determinadas famílias as crianças interagem com materiais e com tarefas de leitura bem cedo, efetuando-se assim uma continuidade entre família e a vida escolar facilitando o êxito do desenvolvimento cognitivo das crianças.

Para Busatto (2003, p. 75):

Ouvir histórias desde cedo ajuda na formação de identidades; no momento da contação, estabelece-se uma relação de troca entre quem conta e quem ouve o que faz com que toda a bagagem cultural e afetiva do ouvinte venha à tona, assim, levando-o a ser. Contar histórias é uma arte, pois traz significações ao propor um diálogo entre as diferentes dimensões do ser.

Portanto, é de suma importância que a família esteja presente na formação do futuro leitor, a mediação do seio familiar influenciará na qualidade de vida da criança, favorecendo a aquisição de uma aprendizagem significativa, assim como um despertar pela leitura, proporcionando o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa para a criança.

No decorrer da história da humanidade se verifica que a arte de contar histórias esteve presente no dia a dia dos nossos antepassados, através da tradição oral. Os conhecimentos eram transmitidos pela fala, eram fatos de suas histórias pessoais, da família e da sociedade em que estavam inseridos, conhecimentos esses que eram transmitidos principalmente pela família.

Os contadores de histórias das sociedades tribais, primitivas, utilizavam a contação de histórias como meio de transmissão de conhecimentos acumulado por gerações em crenças, mitos, costumes e valores preservados pela sociedade e pelos princípios familiares. A prática de contar história teve início no fim do século passado e ainda está presente nos dias atuais. Segundo Perez (1993, p. 92), “criança desde muito pequena, demonstra um interesse especial pelo ouvir e pelo contar histórias. A história faz parte de seu universo simbólico. Através da história ela identifica modelos e papéis que a auxiliam em sua relação como mundo”.

A contação de histórias é uma estratégia pedagógica que pode contribuir de forma significativa na prática docente e no âmbito familiar, ao ler uma história a criança desenvolve todo um potencial crítico. As contações de histórias em família, fazem com que as crianças tenham posições reflexivas, pautadas no prazer pelo ouvir e imaginar, a criança por sua vez compreende a história de acordo com suas necessidades naquele momento, ocorre a subjetividade de prazeres e desejos que permeiam as contações.

2.1 Educação Infantil

Conforme Soares (2017), a Educação Infantil deve ser compreendida de uma forma ampla abrangendo todos os segmentos educativos vivenciados pelas crianças seja na escola, na família ou na comunidade. A Educação Infantil por ser o primeiro contato das crianças com o conhecimento formal, deve ser lúdica e muito acolhedora por se tratar de crianças que estão tendo o primeiro contato com pessoas e lugares que não sejam das suas famílias. Ressaltando que a educação das crianças começa em casa de modo informal e é sempre o âmbito de cultura e desenvolvimento da criança.

Segundo Kuhlmann Jr. (2010), o reconhecimento das creches e pré-escola como parte do sistema educacional, na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pode ser caracterizado como a superação de um obstáculo necessário, pois torna-se parte integrante do ensino formal e de caráter obrigatório, deixando de ser abordado como caridade.

Todavia a Educação Infantil no Brasil perpassa por muitos desafios como estrutura, formação profissional, ambientes adequados, além de ter sido encarada como favor ou caridade, somente com a inserção das mulheres no mercado do trabalho em meados dos anos 1960 é que as creches públicas se tornam uma preocupação oficial.

Para Nascimento, Gurgel e Almeida (2017), ideias advindas do pensamento europeu durante o final do século XIX e início do século XX influenciaram teóricos do nosso país em relação a pesquisas de cunho social, ciências humanas no tocante à modernização do país, a partir do comportamento e formação das pessoas de um modo geral, assim a infância passa a ser vista com uma certa atenção.

Kuhlmann Jr. (2010) afirma que além da questão operária adentrando no cenário brasileiro, as primeiras tentativas de atender à infância brasileira foram marcadas pelas iniciativas assistenciais e filantrópicas articuladas aos interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos.

Ademais a intenção de proteger a infância impulsionou a criação de várias associações e instituições para atendê-la nos mais diversos aspectos como, saúde e sobrevivência, direitos sociais e educação. Anteriormente a este processo, arranjos alternativos foram se constituindo no sentido de atender as crianças das classes menos favorecidas.

Vale ressaltar que quando se fala de participação do Estado na Assistência às crianças e educação em nosso país, o que se tem até meados do século XX é uma ausência ou nulidade total do Estado, uma vez que a instituição mais duradoura de atendimento ao menor abandonado no país foi a Roda dos Expostos ou Roda dos excluídos que por mais de um século assistiu menores abandonados, a extinção data-se de 1950. Tais casas embora filantrópicas de certa forma tinham apoio do governo, uma vez que Igreja e Estado durante muito tempo formavam aliança em alguns setores:

Criada em 1738, no Rio de Janeiro, era o local onde se colocavam os bebês abandonados, composto por uma forma cilíndrica dividida ao meio, para preservar a identidade de quem deixava a criança, fixada na janela da instituição ou casas de misericórdia. Protegida pela Princesa Isabel e pelo Conde D'Eu, a Associação apresentou Estatutos ao governo imperial em 3 de janeiro de 1872. [...] os Estatutos previam a organização administrativa da Associação Municipal, bem como a sistematização do atendimento às crianças pobres (SCHUELER, 2001, p. 157).

É importante ressaltar que Nascimento, Gurgel e Almeida (2017) atenta para o fato de que as primeiras creches ou casas assistencialistas em nosso país surgiram com caráter filantrópico-religioso, como instituições de caridade. Da mesma forma as primeiras creches em nosso país para crianças carentes surgem por iniciativa filantrópica e não governamental, deste modo o governo se isenta tanto da participação financeiro- organizacional como da estrutura curricular. Para tanto tem- se no país o início da educação infantil sem viés político organizacional, sem padronização e sem caráter científico.

O início das creches propriamente ditas no país se tem com a Associação das Damas da Assistência à Infância, ligada ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), no estado do Rio de Janeiro, que auxiliava na manutenção do Instituto (Casas de Misericórdia) e em 1908 fundou a creche Sra. Alfredo Pinto para atender os filhos das empregadas domésticas. De acordo com Nascimento, Gurgel e Almeida (2017) a influência da assistência científica é outro ponto de destaque neste processo.

Assim, com o objetivo de racionalizar a organização assistencial no atendimento à criança, médicos e dirigentes das instituições concebidas para este fim, buscavam na ciência a solução para o “problema da infância”. Tem-se aqui em 1980 movimento higienista e de pesquisas na área social do país.

Conforme Kuhlmann Jr. (2010) as novas instituições voltadas para crianças representavam um conjunto de sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso no controle da elaboração da política assistencial que estava sendo gestada, e que tinha a infância como uma área de debate em cena, essas influências se articularam, em nosso país, tanto na composição das entidades, como na participação e organização de congressos sobre os temas da assistência, da higiene, da educação, etc., que ocorreram em número expressivo durante o período estudado.

De acordo com Silva (2012) além dos conflitos de ideias, se articulavam propostas comuns em nome da constituição de uma modernidade que não viesse a ameaçar a Instituto de Proteção e Assistência à Infância localizado no Rio de Janeiro e a manutenção de privilégios sociais, propondo uma cidadania limitada aos interesses dominantes.

Percebe-se que o predomínio de justificativas para a expansão de uma educação compensatória, para equilibrar as carências e defasagens socioculturais da classe trabalhadora, serviram para camuflar o interesse pela infância brasileira que visava atender aos desejos da nova sociedade que estava se formando e não puramente para o bem-estar da criança.

Em contrapartida a crescente expansão das relações internacionais no final do século XIX levou as instituições de educação infantil a vários países com intenção de regular a vida social envolvida na crescente industrialização e urbanização.

Kuhlmann Jr. (2010, p. 78), nos traz como proposta de uma instituição moderna, a creche, para as crianças de zero a três anos “[...] foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças”.

3 AS PRIMEIRAS CRECHES NO PAÍS

De acordo com Kuhlmann Jr. (2010) uma das primeiras creches públicas do Brasil surge em 1879 cujo registro pode-se constatar em seu artigo de jornal do Rio de Janeiro, intitulado “A Creche” (asilo para a primeira infância) Diferente do caso europeu onde a creche foi criada para a ampliação do trabalho industrial feminino, aqui a creche é apresentada como a nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, com a educação das crianças filhos de escravos (SILVA, 2012). Conforme Kuhlmann Jr (2010) durante o período Republicano à medida que se instalaram grandes fábricas.

[...] outras instituições foram sendo inauguradas para atender as crianças filhos de trabalhadores e operários, sendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal precursores nessa proposta que ficou conhecida como “a mãe de família”, destinada às mães burguesas, às senhoras fluminenses (KUHLMANN JR., 2010, p. 79).

As primeiras creches sem viés filantrópico no Brasil surgiram dentro das fábricas no início do século XX apesar da legislação obrigando as fábricas a dispuserem de creche, pouco se vê iniciativa do governo em criar creches totalmente de iniciativa própria. Ainda, segundo Kuhlmann Jr. (2010, p. 8):

[...] no Distrito Federal, a Creche Central fundada em 1908. Chegando a contar 15 creches, em 1921, e 47, em 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país. No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches.

Todavia para as crianças da alta classe de acordo com Silva (2012) reserva-se o Jardim de Infância, com a proposta de uma educação racional e compatível como progresso científico. Nesse contexto, o interesse pela educação pré-escolar se deu pela esfera privada e as instituições para os pobres, mesmo sendo necessárias, não se concretizaram nesse período.

Percebe-se que a abertura de jardins de infância privados foi financiada pela própria classe abastada, cujas instituições abrigariam seus filhos, sob a justificativa de uma proposta exclusivamente pedagógica que, segundo Kuhlmann Jr. (2010, p. 81), “[...] servia como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com asilos e creches para os pobres”.

Assim, sob a forte influência europeia de uma educação froebeliana (Friedrich Froebel, precursor da educação na primeira infância) foram criados os primeiros jardins de infância privados, no Rio de Janeiro em 1875 no Colégio Menezes Vieira e, em São Paulo na Escola Americana em 1877. Já no setor público, em 1896 em anexo à Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo, passou a funcionar o jardim de infância, que mesmo sendo uma iniciativa pública atendia os filhos da elite paulistana.

3.1 Contação de histórias e aprendizagem

Conforme Zilberman (1989, p. 17) o processo de ensino-aprendizagem da leitura é sem dúvida muito instigante e desafiador, tanto para o aluno como para o professor. Adquirir a capacidade de ler significa, sobretudo, a condição de compreender os significados do mundo que vai se mostrando cada vez maior e mais surpreendente. São nessas descobertas que alguns alunos apresentam mais dificuldades do que os outros, “a importância da escola no processo de formação do leitor se deve, indiscutivelmente, ao fato de que nela o aluno adquire a habilitação inicial na prática da leitura”

Nesse sentido, pode-se definir leitura como um ato individual, voluntário e interior que se inicia com a decodificação dos signos linguísticos que compõem a linguagem escrita convencional, mas que não se restringe à mera decodificação desses signos, pois, a leitura exige do sujeito leitor a capacidade de interação com o mundo que o cerca. Ler é atribuir sentido ao texto, relacionando-o com o contexto e com as experiências prévias do leitor, é a interação entre os indivíduos da língua.

Para Zilberman (1989, p. 17) a escola “é importante no processo de formação de leitores deve, indiscutivelmente, ao fato de que nela o aluno adquire a habilitação inicial na prática de leitura”. Nesse sentido, possui o compromisso de despertar o gosto de ler e o hábito de leitura.

A leitura hoje é desenvolvida de modo mais interpretativo em algumas escolas, fazendo o aluno buscar meios e intenções para o prazer de ler, algumas escolas buscam esse prazer através de textos chamativos e indicados para cada idade, como é o caso das tiras, desenvolvendo o aspecto inferencial. Porém, não é sempre assim, algumas escolas não têm formado leitores que levem adiante esse interesse pela leitura, quando formam aqueles que buscam em leituras exploratórias apenas informações necessárias a finalidades imediatas. O desinteresse pela leitura tem origem na pré-escola e deve-se, em grande parte, ao tipo de literatura que é oferecido às crianças, não considerando o interesse e a faixa etária, tornando assim o primeiro contato com o livro desprazeroso.

A contação de histórias proporciona às crianças mais interatividade com os livros e leitura, para que as mesmas comecem desde cedo a formar sua capacidade leitora.

Deste modo, a contação de histórias proporciona ao leitor a capacidade não só de decifrar códigos linguísticos, como também de interpretar a mensagem do autor. Portanto, não basta apenas o educando saber ler, é preciso discutir, contestar, ou aceitar o conhecimento próprio e novos pensamentos.

Surge então, a importância de se adquirir o hábito de leitura o quanto antes. E na primeira infância, sabe-se que é fundamental dar início ao incentivo à leitura. Assim inicia-se esta inserção na Educação Infantil que já se pode fazer com que a criança aprecie um livro de uma maneira diferente, que ela adquira realmente o hábito pela leitura. E uma das formas de se fazer isso, é desenvolver hábitos para além do ambiente escolar.

O primeiro passo é identificar se a criança tem a cultura de leitura dentro do espaço familiar, assim o professor precisa conhecer o particular do educando para desenvolver suas potencialidades.

Ao exercer o papel de mediador social o educador deve conhecer o particular do educando, para inserir o conhecimento científico e ambientalizá-lo no contexto social. Contudo, para o educador desenvolver esse papel ele deve

possuir conhecimentos e habilidades necessárias para que ocorra o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Deve ser capacitado para compreender as particularidades do educando. E a partir desta compreensão, trabalhar no aluno a elevação de um novo e mais complexo olhar, tanto no que se refere ao conhecimento e às habilidades.

De acordo com Luckesi (1994, p. 115), “[...] o educador deve possuir algumas qualidades, tais como: compreensão da realidade com a qual trabalha, comprometimento político, competência no campo teórico de conhecimento em que atua e competência técnico-profissional.”

O aluno ao ser inserido no contexto escolar possui suas individualidades, como conhecimentos prévios, adquiridos em suas vivências. Além de problemáticas sociais, educacionais, de necessidades básicas, qualidade de vida. Desta forma, o professor deve trabalhar com a realidade deste aluno, comprometendo-se em cogitar novos conhecimentos ao aluno, e prepará-lo para uma vida em sociedade.

A contação de histórias é o processo de envolver a criança e o jovem, de modo que os mesmos se integrem nos personagens, sintam a história de perto. Isso deve ser formalizado pelo professor que deve se entregar totalmente ao processo de contação, com voz, gestos, roupas, entre outros. “Contar uma história é narrar para viver, para seduzir e capturar o ouvinte” (ARONOVICH, 2009, p. 29).

Desse modo, conseguindo ganhar a atenção do público alvo, para que possam criar e desenvolver o hábito de leitura em todas as ocasiões.

Para que esses estímulos pela leitura tenham significados para a criança, é necessário compreender os estágios psicológicos durante o processo de formação de leitura. Na faixa etária de zero a três anos a criança encontra-se na fase do pré-leitor que abrange a primeira infância dos quinze a dezessete meses aos três anos, onde a criança inicia o contato com o mundo e volta-se, pelo contato afetivo e pelo tato. E a segunda fase que é a segunda infância (a partir dos dois a três anos), que se inicia a fase egocêntrica, está relacionada ao meio físico e aumenta a capacidade de comunicação verbal.

A partir daí, o sujeito começa a entender que sua história está ligada a várias outras histórias. Participar desse processo remete à socialização, comunhão e reflexão sobre as diversas experiências de vida, no âmbito pessoal, político, social e econômico. As condições de vida em uma sociedade são influenciadas por sua história, que deve ser valorizada e sistematizada.

A aquisição da leitura representa a descoberta de um mundo onde tudo é novidade o que possibilita a criança compreender o ambiente que o circunda tornando-se autônomo, criativo e crítico.

Desenvolver na infância o prazer pela leitura é ponto crucial para a formação de futuros leitores, a contações de histórias tem contribuído significativamente para formação de leitores, além de proporcionar momentos de prazer, já que o narrador e ouvinte caminham no enredo criando, imaginando cenas, identificando-se com personagens ou situações narradas. Segundo Werneck (1996,

p. 224) “a leitura não é apenas necessidade ou hábito. A sedução, o prazer, o perder-se na leitura, acontece àqueles que ultrapassam a necessidade e o hábito”.

A contribuição do contar histórias para a escrita, segundo Falabelo (2014), é de que a leitura e a escrita vão além do conhecimento formal, requer

todo um contexto e envolvimento por parte de quem pratica, e no caso da criança é muito importante sentir prazer ao aprender escrever e ler as primeiras palavras, é importante que faça sentido.

A contação de histórias é enriquecida através do contato, ou noção sobre o autor da obra. Teatro e exposição de arte sempre têm que chamar a atenção das crianças para que as mesmas entrem em contato com a contação de histórias, assim, formando leitores proficientes. O interessante é que as crianças não percam o interesse pela leitura durante a contação de uma história.

É claro que, deve ser levado em conta que nessa primeira fase da escolaridade, para as crianças brincar é mais importante do que a ação mental. É pela brincadeira que ela aprende a conhecer a si própria e o mundo, por isso a escola deve priorizar a vivência em que a criança amplie seus conhecimentos através da música e da descoberta, de forma prazerosa, não adianta forçar a criança a querer ler e se inteirar da literatura infantil de forma abrupta.

O hábito de leitura é muito importante ser trabalhado na educação infantil, porque conseguindo estabelecer uma relação prazerosa entre crianças e livros, essa relação é mantida até o letramento e tranquilamente ela vai gostar de ler em toda sua vida, cultivando ainda mais o hábito e a amizade com o livro e a arte de contar histórias.

3.2 A criatividade, imaginação e contação de histórias

Ao nascer, a criança traz apenas potencialidades que poderão ou não ser desenvolvidas e atualizadas ao longo de todo processo vital". O ambiente familiar é de extrema importância na educação do ser humano. As funções básicas da família exercem um papel destacado na formação da personalidade da criança no seu processo inicial.

Percebe-se que a leitura é o que mais preocupa pais e professores das escolas públicas ou privadas, esse problema é manifestado, com base na infância. "Ler envolve um trajeto de investigação cuidadoso e lento, pois exige uma série de reflexões de caráter interdisciplinar" (SILVA, 2012, p. 9).

O processo de ensino-aprendizagem da leitura é sem dúvida, muito instigante e desafiador, tanto para o aluno como para o professor. Adquirir a capacidade de ler significa, sobretudo, a condição de compreender os significados do mundo que vai se mostrando cada vez maior e mais surpreendente. São nessas descobertas que alguns alunos apresentam mais dificuldades do que os outros, "a importância da escola no processo de formação do leitor se deve, indiscutivelmente, ao fato de que nela o aluno adquire a habilitação inicial na prática da leitura" (ZILBERMAN, 1989, p. 17).

Nesse sentido, pode-se definir leitura como um ato individual, voluntário e interior que se inicia com a decodificação dos signos linguísticos que compõem a linguagem escrita convencional, mas que não se restringe à mera decodificação desses signos, pois, a leitura exige do sujeito leitor a capacidade de interação com o mundo que o cerca. Ler é atribuir sentido ao texto, relacionando-o com o contexto e com as experiências prévias do leitor, é a interação entre os indivíduos da língua.

Para Zilberman (1989, p. 17), "a escola é importante no processo de formação de leitores deve, indiscutivelmente, ao fato de que nela o aluno adquire a habilitação inicial na prática de leitura". Nesse sentido, possui o compromisso de despertar o gosto de ler e o hábito de leitura.

4 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

A leitura adquire grande importância na vida do indivíduo a partir do momento em que o mesmo adquire o hábito e faz da leitura um momento de prazer e de conhecimento de novas culturas. Ela desperta nas pessoas hábitos, pensamentos e desenvolve a racionalidade.

Desta maneira, ressalta-se a importância da leitura enquanto interpretação de mundo, fonte de conhecimento, leitura de fatos, comunicação entre homens. Pois a leitura não pode ser tratada simplesmente como codificação de letras, repetição de palavras, ela transporta o leitor para o mundo do conhecimento. Segundo Freire (2002, p. 11):

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e contexto.

Percebe-se a importância de se trabalhar a leitura de modo contextualizado, onde esse processo de leitura organizado por Freire, denominado como o “ato de ler”, busque a percepção crítica e a interpretação do lido pelo indivíduo. Desta maneira, o que antes era tratado e realizado de forma autoritária, agora é concebido como “ato de conhecimento”. Assim destaca o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) (1998):

O ato da leitura é um ato cultural e social. Quando o professor faz uma seleção prévia da história que irá contar para as crianças, independente da idade delas, dando atenção para a inteligibilidade e riqueza do texto, para a nitidez e beleza das ilustrações, ele permite às crianças construir um sentimento de curiosidade pelo livro (ou revista, gibi, etc.) e pela escrita. A importância dos livros e demais portadores de textos é incorporada pelas crianças, também, quando o professor organiza o ambiente de tal forma que haja um local especial para livros, gibis, revistas etc. que seja aconchegante e no qual as crianças possam manipulá-los e “lê-los” seja em momentos organizados ou espontaneamente (BRASIL, 1998, p. 135).

Neste contexto, é importante que os alunos aprendam antes de tudo o prazer de ler, para que a leitura não se torne algo mecânico, forçado, mas sim, um processo natural na vida do aluno, de modo que, futuramente este aluno cultive o hábito de ler, de estudar e o mais importante de interpretar o que lê.

Ressalta-se que a leitura tem a capacidade de atingir todas as crianças, independente da faixa etária, portanto estimulá-la é um dos caminhos para alcançar o prazer de ler.

Em relação à leitura mecanicista no nosso ensino Freire (2002) alerta que quantidade não significa qualidade, muitas vezes até mesmo no meio acadêmico o aluno se vê obrigado a ler uma extensa lista bibliográfica ‘obrigatória’ a qual não terá tempo o suficiente para interpretar, relacionar com a prática educativa ou científica de seu curso.

Petit (2006, p. 397), afirma que “o livro muitas vezes pode ser a única saída para as pessoas que vivem em condições de miséria e pobreza. Interagir com os alunos após a leitura, fazendo perguntas sobre a história, deixando-os à vontade para falar e expressar suas opiniões”. Desta forma, relacionar acontecimentos da história e das vidas das crianças gerando um processo de autoconstrução, narrativa

e de composição de sentido.

Sendo assim, trabalhar com a leitura em sala de aula é criar condições para a formação de leitores críticos, capazes de interpretar o mundo letrado. A leitura em sala de aula vai além de uma simples atividade curricular, ela é o elo entre o ser e o mundo, pois, sem leitura, não é possível viver em sociedade.

Nesta esfera do conhecimento Silva (2005, p. 56) enfatiza que “em certo sentido, a leitura de textos se coloca como uma “janela para o mundo”. Por isso mesmo é importante que essa janela fique sempre aberta, possibilitando desafios cada vez maiores para a compreensão de decisões do leitor”. Assim, trabalhar a leitura em sala de aula é, principalmente, formar leitores, é ampliar a forma de ver o mundo e dialogar com a sociedade.

Silva *et al.* (2016, p. 48) ressalta que:

É de suma importância, também que a comunidade escolar perceba a necessidade de transformar o ato de ler num processo significativo para que os educandos possam não apenas decodificar a palavra escrita, mas sim, sejam capazes de fazer a leitura do mundo através da leitura da palavra.

Diante do exposto percebe-se que o processo de leitura nesta fase precisa não somente ser acompanhado pelo professor, mas incentivado e motivado. O professor antes de tudo deve ser um entusiasta leitor, de modo a demonstrar ao aluno que a leitura antes de tudo é um ato de prazer.

Desta forma, Silva (2005, p. 22) preconiza em seus estudos que “sem professores que leiam, que gostem de livros, que sintam prazer na leitura, muito dificilmente modificaremos a paisagem atual da leitura escolar”. Sendo assim, o educador é o principal mediador do processo do aluno na sua formação como leitor, e deve oferecer condições mínimas para que seus alunos se aproximem do livro em um convívio envolvente, não por mera obrigação, mas por sua própria espontaneidade.

Muito do que se ensina para uma criança é melhor apreendido observando alguém fazer e imitando ou observando a importância. Da mesma forma a leitura, a criança sentirá mais motivada observando alguém lendo ou observando alguém contando uma história infantil. Pois, a leitura em sala de aula tem o papel de incentivar o aluno a aprender a ler e a entender e interpretar o que está escrito, essa leitura não pode ter como base somente o livro didático.

Assim, a contação de história, o cantar a música relacionada a história, ou até fazer uma paródia com as crianças, o desenho relacionado à história e a dramatização de histórias infantis feitas com a participação das crianças, são todas formas lúdicas de se trabalhar a leitura.

Conforme Lajolo (2005), “quando o professor lê para seus alunos, está oferecendo a eles um modelo de leitura oral”, desta forma a leitura em voz alta realizada pelo professor incentiva nos alunos o gosto pela leitura, pois, ao ouvir os textos lidos em voz alta, as crianças vão criando consciência dos aspectos da expressão escrita.

Neste contexto, ressalta o RCNEI:

A leitura pelo professor de textos escritos, em voz alta, em situações que permitem a atenção e a escuta das crianças, seja na sala, no parque debaixo de uma árvore, antes de dormir, numa atividade específica para tal fim etc., fornece às crianças um repertório rico em oralidade e em sua relação com a escrita (BRASIL, 1998, p. 135).

Portanto é importante que os professores apresentem uma variedade de livros que estimulem o interesse nas crianças e ampliem suas capacidades comunicativas, além de trabalhar a escrita.

Dessa forma, a leitura em sala de aula pode ser trabalhada de diversas formas, porém, o professor deve ter em mente que as estratégias têm a finalidade de incentivar o aluno a ler, bem como de observar os diferentes aspectos da leitura entre os alunos. Enfim, a leitura em sala de aula deve ser estimulada, pois, é o momento em que o aluno pode aprimorar sua prática, desenvolver o gosto por algum estilo literário, e tem a oportunidade de melhorar sua leitura, corrigindo algumas dificuldades, passando a ler fluentemente.

Desta forma, através de uma proposta educativa aliada à ludicidade é possível fazer do ato de ler algo prazeroso, ou seja, utilizar o livro como um recurso que envolva a ludicidade.

Neste contexto, Silva (2012) ressalta que, as histórias em quadrinhos ou Gibis são ferramentas de leitura que estão sendo cada vez mais usadas por educadores para desenvolver nas crianças das séries iniciais do fundamental o gosto pela leitura. Esses tipos de revista estão presentes quase que na totalidade das escolas, utilizadas como parte das ações metodológicas no trabalho com a leitura e a escrita.

O ato da leitura converge para o desenvolvimento do espírito crítico, pois a sua prática modela a personalidade do indivíduo. Sendo assim, quanto mais cedo se iniciar a criança no mundo da leitura, mais cedo ela gostará de ler. Para que essa habilidade se torne hábito na vida das crianças pode-se utilizar algumas estratégias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contação de histórias na Educação Infantil proporciona uma forma de ensinar temas éticos e de cidadania abrindo um mundo imaginário que encanta a criança durante seu desenvolvimento.

Pode-se perceber que a contação de histórias é um processo de interação e reconstrução contínua e abrangente que exige atenção para que se possam alcançar os objetivos, tais como, por exemplo, a construção da criatividade por meio da socialização a criança conquista autonomia, a criatividade e consegue estabelecer uma participação ativa do educando na sociedade.

Para formar crianças que tenham o gosto pela leitura e vejam nela uma possibilidade de crescimento e aprendizagem pessoal, deve-se ler os contos infantis com compromisso e zelo pela leitura, ou seja, é importante gostar de ler, ler com alegria, passando o sentimento de afetividade com a história, conversando com o texto.

A contação de histórias além de permitir que a criança adentre no mundo da literatura e conseqüentemente da escrita, permite que a criança adentre em muitos mundos fantasiosos e da própria realidade. De modo imaginário a criança desperta para o bem, para conceitos éticos sem perder a sua capacidade imaginativa, permitindo a mesma para a sua própria realidade no futuro.

O hábito de contar histórias, ler bons livros para os alunos em sala de aula pode criar um sentido mais amplo para a iniciação na leitura e escrita das crianças, é o poder de mergulhar na própria imaginação através da criatividade do autor, além de internalizar o apreço pelos livros desde a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- ARONOVICH, G. B. **Casa da leitura: métodos de leitura**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- ARROYO, M. G. **Experiências de Inovação Educativa**. São Paulo: SE/CENP, 1990.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.
- _____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BURLAMAQUE, F. V.; MARTINS, K. C. C.; ARAUJO, M. S. A leitura do livro de imagem na formação do leitor. In: SOUZA, R. J.; FEBA, B. L. T. (Org.). **Leitura literária na escola: reflexões e propostas na perspectiva do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- BUSATTO, C. **Contar e encantar: pequenos segredos da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COUTO, A. S. *et al.* **A contação de histórias na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso. FSLF. 2016. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_01-1.pdf. Acesso em: 10 mai. 2022.
- FALABELO, R. N. O. **Leitura e escrita: experiências teóricometodológicas em sala de aula**. Revista Margens Interdisciplinar, v. 8, n. 10, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2737/2862>. Acesso em: 19 ago 2022.
- FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FREIRE, P. **A Importância do ato de ler**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GALVÃO, I. **Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre-RS: Mediação, 2010.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

NASCIMENTO, L. F.; GURGEL, T. F.; ALMEIDA, L. T. A educação infantil no contexto da legislação brasileira: reflexões históricas e repercussões atuais. In: XIII Congresso Nacional de Educação, 2017, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** Curitiba: PUC, 2017. p. 22106-22113. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26812_13988.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

PETIT, M. A leitura em espaços de crise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 40, n. 3, 2006.

SANTOS, D. A. M. S. **A contação de histórias na educação infantil**. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/26835/1/contacaohistoriaseducacaoinfantil.pdf>. Acesso